

Assembléia Geral

Dia 31 de agosto, terça-feira, às 10h,
Auditório do Quinhentão

Semana de decisão

Depois de mais de 60 dias em greve, o movimento nacional dos trabalhadores das universidades públicas federais parece caminhar para o seu desfecho. Esta semana será decisiva. Amanhã, terça-feira, os trabalhadores da UFRJ examinam, em assembléia, o conteúdo do Termo de Compromisso proposto pelo governo. Assembléias das bases em todo o país farão o mesmo. A reunião do Comando Nacional de Greve com o governo está prevista para as 18h também desta terça-feira, onde o Termo de Compromisso poderá ser assinado, se as assembléias aprovarem o documento. Nesta edição, publicamos as últimas informações sobre as negociações e, na íntegra, o teor do Termo de Compromisso. Também produzimos simulações para auxiliar a categoria a entender seu enquadramento na nova tabela. *Páginas 3, 4, 5, 6 e 7*

Neurologia vai às urnas. *Página 2*

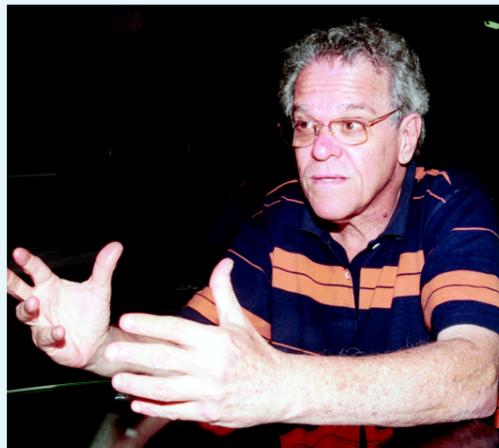
Fundão vira praça de alimentação. *Página 8*

A ERA VARGAS

Seminário na UFRJ revela a face contraditória do líder que perseguiu comunistas e foi empurrado ao suicídio, acusado pelas forças conservadoras.

Páginas 10 e 11

Testemunha ocular



O jornalista Mário Augusto Jakobskind, recém-chegado da Venezuela, onde atuou como representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) junto com outras personalidades internacionais como observador do referendo popular, falou ao Jornal do SINTUFRJ sobre suas impressões políticas a respeito do que aconteceu naquele país. *Página 12*

Nossa opinião

Neurologia vai às urnas

A comunidade elege esta semana o novo diretor da entidade

Desta segunda-feira, 30 de agosto, até quarta, 1º de setembro, técnicos-administrativos, professores e alunos residentes do Instituto de Neurologia estarão realizando eleição para a escolha do novo diretor da unidade. A comunidade se reuniu, nomeou uma comissão eleitoral e, através do voto universal, vai fazer valer o seu direito democrático e autônomo de eleger quem vai conduzir nos próximos quatro anos os destinos da Neurologia.

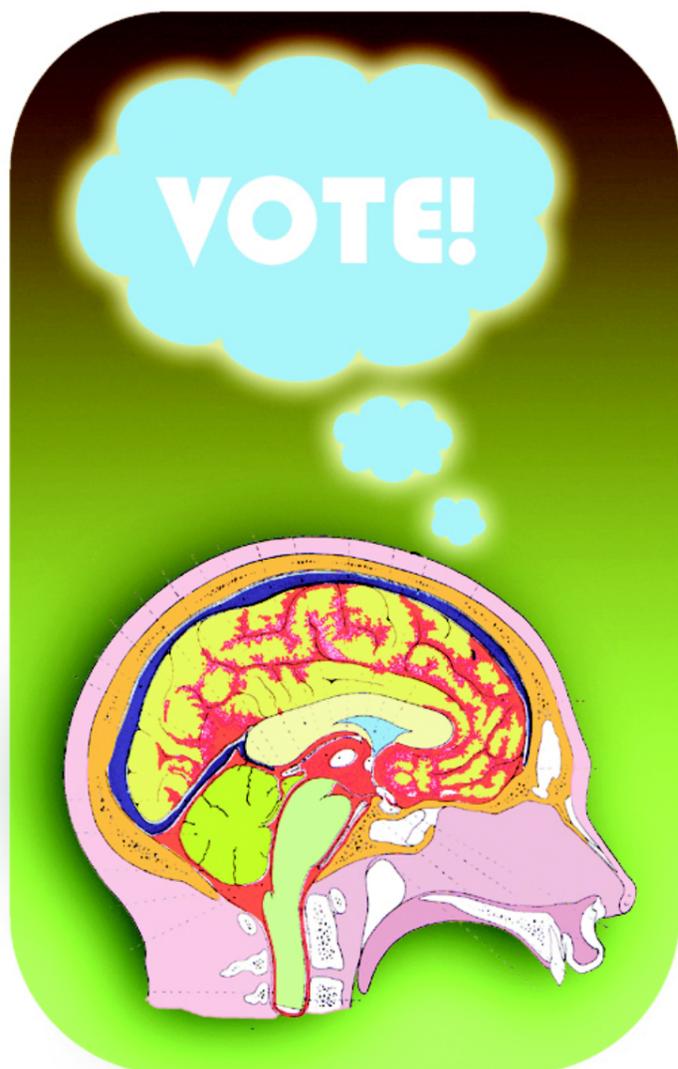
O processo eleitoral para substituição do atual diretor da unidade, Gianni Temponi, que se aposentará pela compulsória até o dia 9 de setembro, ocorre à revelia da decisão do reitor Aloísio Teixeira de nomear um *pro tempore* para o cargo, com a promessa de mais tarde promover eleição. Tudo indica que esta atitude do reitor tem a ver com o projeto de criação do Instituto do Cérebro, a partir da fusão dos Institutos de Neurologia, Psiquiatria e as Neurociências.

A posição do SINTUFRJ, por princípio, é a de defender a independência da comunidade

para conduzir, de forma autônoma, seus processos eleitorais, garantindo a democracia e a vontade expressa de funcionários, professores e estudantes.

OS CANDIDATOS - Três professores estão disputando a direção do instituto: Marleide Motta Gomes, José Mauro Brás de Lima e José Luiz de Sá Cavalcanti. Uma urna instalada no terceiro andar da unidade receberá os votos dos cerca de 220 eleitores. A votação ocorrerá nos três dias das 7h às 16h, e a apuração será no último dia, logo após o fechamento da urna. O voto será universal.

ORGANIZAÇÃO - A comissão eleitoral, escolhida pela comunidade do Instituto de Neurologia, organizou o pleito e se encarregará de fiscalizar todo o processo. A comissão é presidida pelo professor Luiz Duro e composta por representantes dos vários setores de atividades da unidade: farmacêutica Flaminia Flammini; médico Marcos Shimith; residente Ricardo Gomes de Castro; secretária Delizete Pereira da Rosa; e o professor Darcy Lima.



COMISSÃO ESTADUAL DE COMBATE AO RACISMO

Atenção integrantes do GT Anti-Racismo do SINTUFRJ! A reunião da Comissão Estadual de Combate ao Racismo da CUT será dia 1º de setembro, às 18h, na CUT. A pauta da reunião: informes, composição da Comissão Estadual e organização do dia 20 de novembro.

FGTS: advogado toma providências

O advogado Júlio Romero, responsável pela ação do FGTS, recebeu na sede do Sindicato na semana passada vários sindicalizados que fazem parte do processo, mas que estão com problemas para a liberação do Fundo. Esses sindicalizados assinaram uma procuração específica para que o advogado apresente ação cautelar para solucionar os casos. Júlio Romero estará novamente na sede do Sindicato, para esclarecimentos, em data a ser agendada.

O Sindicato reafirma a necessidade de os beneficiados pela ação do FGTS - que já tiveram suas contas liberadas e já sacaram - efetuarem o pagamento dos honorários do advogado: Banco do Brasil - agência 36528, conta 15580-2.

A situação dos NES

Na sexta-feira, dia 27, a Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4), que havia consultado o Ministério do Planejamento para abertura de rubrica para pagamento da Gratificação Especial de Apoio Técnico (GEAT) aos funcionários de natureza especial (NES), recebeu como resposta que não há como fazê-lo.

O Ministério do Planejamento informou à PR-4 que o pagamento da GEAT é destinado apenas aos servidores titulares de cargos efetivos, técnicos-administrativos e técnicos-marítimos das Ifes, vinculados ao MEC.

A direção do Sindicato já vem fazendo com frequência gestões junto ao Ministério do Planejamento no sentido de solucionar esta situação de injustiça com esses companheiros.

CORREÇÃO

A foto que ocupou as páginas centrais da edição anterior do Jornal do SINTUFRJ (nº 631) e que registra a ação de caravanistas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi feita pelo companheiro Wilami.

Servidor homenageado

O Consuni elogiou publicamente a conduta de dedicação, zelo profissional e solidariedade do servidor Sidney Paiva, assistente técnico da coordenação de biossegurança do CCS, em todos os seus atos no desempenho de suas funções, especialmente no episódio do incêndio no Instituto de Química da UFRJ, quando, heroicamente durante e após o sinistro, salvou vidas e o patrimônio público. O reconhecimento da comunidade do CCMN, da Comissão de Segurança e da Prefeitura da UFRJ atestaram o fato.

Pressão total para que projeto de lei seja votado no Congresso antes das eleições

O Comando Nacional de Greve decidiu recomendar a aceitação pela categoria do projeto de lei de carreira negociado com o governo. O comando também orientou igual procedimento em relação ao Termo de Compromisso proposto pelos representantes do Planalto, por entender que o conteúdo do documento está coerente com as negociações. Dentro dos ajustes com o governo, este aceitou suprimir do artigo 27 a parte que submetia disponibilidade do orçamento o enquadramento por nível de capacitação. Assim, a redação do artigo ficou desta forma: "Artigo 27 - Inciso III - O enquadramento por nível de capacitação e a implantação do incentivo à qualificação serão regulamentados em Lei específica." Ou seja, o vínculo à disponibilidade orçamentária saiu do texto. O Comando continuará insistindo para que o governo modifique ou exclua o artigo 3º que trata da carga horária, já que o assunto é tratado em outras leis.

Reta final?

Comando recomenda aceitação do projeto de lei negociado com o governo

Foto: Niko Júnior



NO QUINHENTÃO. Na terça-feira, dia 24, mais uma assembléia examinou proposta final do governo

Veja a avaliação do comando

1) O Congresso Nacional já se encontra em "recesso branco", com um "esforço concentrado" previsto para a semana de 13 a 17 de setembro (sendo que o esforço se dará apenas nos dias 14, 15 e 16, de fato). Este elemento é de fundamental importância para pressionarmos que o PL da Carreira seja votado antes das eleições, tendo em vista que vários deputados federais são candidatos e nossas bases poderão fazer a diferença na decisão do voto no Congresso. Em razão disto, o tempo de resolução da greve fica bastante restrito.

2) A agenda política do país se fechará em torno das eleições municipais impedindo que todo e qualquer tema de debate nacional figure no cenário até o final das eleições. Este ponto coloca um tempo

político que impede nossa greve de intensificar o conflito e obter maiores avanços.

3) É importante explicitar, ainda, as dificuldades com a política econômica adotada pelo governo, que impede qualquer proposta ampliada no que diz respeito à suplementação orçamentária para o nosso projeto.

Para além disto, o Comando Nacional de Greve avaliou também a potência de nossa greve e concluiu, baseado nos relatos dos próprios delegados ao Comando e nos informes de base, que o movimento apresenta sinais nítidos de desgaste.

Com base nestes contornos da conjuntura, o CNG avaliou a proposta apresentada pelo Governo e identificou um avanço crítico em relação a ela. E apontou

dois artigos do PL da Carreira que deveriam ser negociados com o Governo no sentido de modificá-los, que são os artigos 3º e 27. Neste sentido, construiu uma avaliação que apresentava não só os limites da conjuntura como também os da própria proposta. Não obstante a isto, e considerando todos os limites postos, indicou para as bases a aceitação da proposta, com as devidas relativizações, para apreciação.

A política do CNG construída naquele sábado foi aceita pela maioria das bases. Vinte e seis entidades aceitaram o encaminhamento do Comando, sendo que algumas apresentaram ponderações. Onze rejeitaram a proposta.

Com base neste quadro, o CNG avaliou, por maioria, que a política

estava acertada e compreendeu que o PL de Carreira negociado com o Governo deve ser aceito. Entretanto, não abriu mão de, no fechamento de nossa greve, insistir na modificação do artigo 3º (ou excluí-lo), tendo em vista que o artigo 27 foi mudado a partir da proposição do movimento. A nova redação ficou da seguinte forma: "Artigo 27 - Inciso III - O enquadramento por nível de capacitação e a implantação do incentivo à qualificação serão regulamentados em Lei específica." Ou seja, o vínculo à disponibilidade orçamentária saiu do texto.

Veja nas páginas seguintes: encaminhamentos, íntegra do Termo de Compromisso e tabelas simuladas.

Assembléia vota continuidade da greve

Próxima assembléia dia 31/8, às 10h, no auditório do Quinhentão/CCS

Foto: Niko Júnior

Na assembléia realizada na quinta, dia 26, pela manhã, no auditório do Bezão, os trabalhadores da UFRJ votaram pela continuidade da greve e reafirmaram a autorização para que o Comando Nacional de Greve continuasse as negociações dos ajustes na proposta de projeto de lei apresentada pelo governo. Na assembléia, foram reproduzidas as últimas informações enviadas pelo Comando, que resumem o resultado da audiência de quarta-feira com representantes dos ministérios da Educação e do Planejamento. A informação relevante foi a de que houve alteração no artigo 27 do projeto de lei, de onde foi suprimido o trecho em que submetia à disponibilidade de recursos financeiros no orçamento o enquadramento por capacitação. De qualquer forma, foi levantada a preocupação para que fiquemos atentos em relação à regulamentação da lei específica sobre o assunto.

Outra preocupação destacada na assembléia foi a respeito de como andam os contatos com parlamentares para garantir o acordo de lideranças para a tramitação do PL dentro do período de esforço concentrado do Congresso Nacional. A assembléia deliberou, ainda, que o Comando Local de Greve envie *e-mails* para todos os deputados federais da base do Rio de Janeiro, independente de cor partidária.

Nesta segunda-feira, às 10h, haverá reunião do Comando Local de Greve com funcionários do IPPMG. Os

funcionários dos hospitais estão solicitando esclarecimentos sobre a minuta do projeto de lei que está em negociação em Brasília, uma vez que, por conta de seus horários em atividades essenciais, muita gente fica impedida de comparecer às assembléias. Reuniões iguais a esta do IPPMG vão acontecer em outras unidades hospitalares.

MUITA ATENÇÃO.
Categoria ligada nos momentos decisivos que estamos vivendo na luta por uma carreira



Comando encaminha propostas

O Comando Nacional de Greve entendeu que a proposta do Termo de Compromisso apresentada pelo governo está coerente com as definições necessárias e dentro dos limites autorizados pela base. Pelo calendário, o Termo de Compromisso (cuja íntegra publicamos na página seguinte) seria assinado amanhã, terça-feira, dia 31, depois de avaliado em assembléias de base. A assembléia na UFRJ será às 10h no auditório do Quinhentão. Vivemos momento de decisão do nosso movimento. Você não pode faltar!

Veja, agora, os encaminhamentos do Comando Nacional de Greve

- Manutenção da negociação sobre o artigo 3º.
- Imediata instalação de uma mesa, composta pelo MEC, Planejamento, Casa Civil, Fasubra e Sinasefe, para acompanhamento do PL de Carreira no processo de tramitação no interior do Executivo até a entrada no Congresso Nacional, que deve ser antes do "esforço concentrado".
- Assinatura, em conjunto com os ministros envolvidos, de parlamentares e, em particular, do líder do governo, do presidente da Comissão de Educação da Câmara, de representante do Colégio de Líderes e da Andifes, do Termo de Acordo.
- Anexação do PL de Carreira, bem como o cronograma de aplicação dos prazos previsto no PL ao Termo de Compromisso.
- Agendamento de uma reunião da Fasubra, Sinasefe e representação dos Ministérios envolvidos com o Presidente da Câmara para agilizar a agenda de aprovação do nosso PL.

Em vista destes encaminhamentos, o CNG orienta:

- 1 – Aceitação da proposta negociada com o governo.
- 2 – Aprovação do Termo de Compromisso.
- 3 – Intensificação da busca de apoio dos parlamentares nos estados para garantir a aprovação do PL no próximo esforço concentrado.
- 4 – Orientar rodada de assembléias na segunda-feira para avaliação das orientações do CNG.

Compromisso proposto pelo governo*

TERMO DE COMPROMISSO

O Governo Federal, neste ato representado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, TARSO GENRO, pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, GUIDO MANTEGA, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica - SINASEFE, estas últimas representadas pelos seus respectivos dirigentes, abaixo assinados,

Considerando a necessidade de estruturação da carreira dos servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação - MEC,

Considerando os valo-

res já disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, destinados à viabilização de proposta de reestruturação remuneratória, em curso desde 2003, dos servidores técnico-administrativos e técnico-mar-



rítimos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC,

Considerando que esta etapa de negociação apontou para a necessidade da continuidade deste proces-

so até a implantação final do projeto,

Considerando que a presente negociação pauta-se pelos princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal, em especial pelo princí-

pio da legalidade,

Considerando que a efetivação destes compromissos, nos limites aqui expostos, exige a formulação de proposta legislativa ao Congresso Nacional.

RESOLVEM celebrar o presente termo, mediante a pactuação dos seguintes compromissos:

1. Compromete-se o Governo Federal a apresentar ao Congresso Nacional em até 15 dias após a assinatura do presente termo Projeto de Lei, nos termos da minuta em anexo, que estrutura o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

1.1 Firmam, assim, as partes o compromisso de empreender todos os esforços a fim de garantir o máximo de celeridade no trâmite do Projeto.

2. O Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, compromete-se a disponibilizar R\$ 341 milhões no exercício de 2005 e R\$ 365 milhões no exercício de 2006 para a implementação do Plano de Carreira.

3. As tabelas de vencimentos resultantes da reestruturação da carreira serão constituídas a partir dos atuais vencimentos básicos dos servidores que optarem pela nova estrutura remuneratória, agregados a estes as gratificações que tratam as Leis 10.668 de 12 de maio de 2004 e 10.908 de 15 de junho de 2004, devendo o impacto destas ficar limitado aos montantes orçamentários fixados no item 2.

4. Fica ressalvado que a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação a partir de 2005 não implica em veda-

ção de utilização de recursos destinados à reestruturação da carreira e a ajustes remuneratórios nos anos de 2005 e 2006.

5. Os servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação comprometem-se com o retorno imediato ao trabalho em todo o País, bem como em repor os serviços represados em um período não superior ao tempo de duração da greve iniciada em 23 de junho de 2004.

6. Fica constituída uma comissão de acompanhamento da tramitação do PL, composta por representantes da FASUBRA e do SINASEFE para atuação conjunta com as assessorias parlamentares do MEC e MP.

Brasília, de agosto de 2004.

TARSO GENRO
Ministro de Estado da Educação

JOSÉ EDVALDO ROSAS
Coordenação Geral FASUBRA
Geral SINASEFE

PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
Coordenação Geral FASUBRA

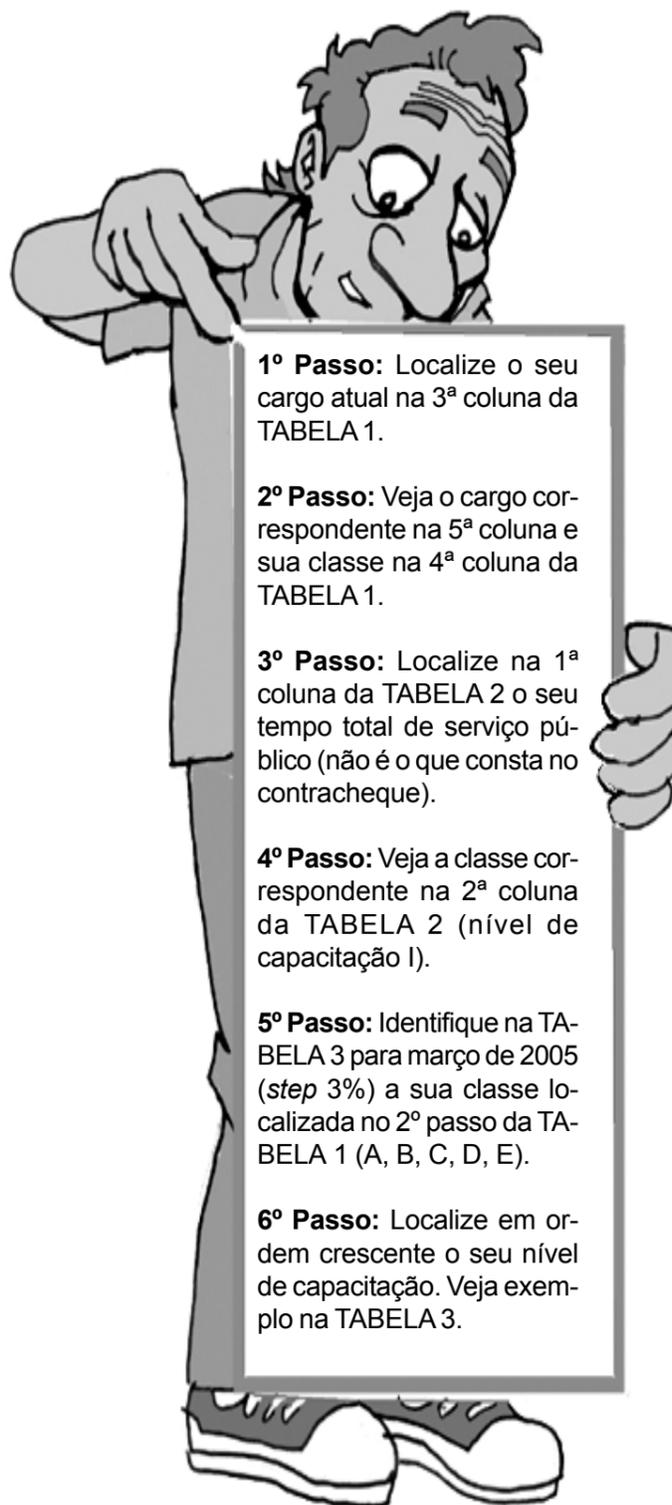
GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado de Planejamento,
Orçamento e Gestão

JOÃO PAULO RIBEIRO
Coordenação Geral FASUBRA
Coordenação

*Íntegra do termo de compromisso apresentado pelo governo ao movimento.

PASSO A PASSO PARA ENTENDER O SEU ENQUADRAMENTO NA TABELA

Para facilitar o seu entendimento na nova situação criada pelo projeto de lei que será encaminhado ao Congresso Nacional, o Jornal do SINTUFRJ fez três simulações envolvendo exemplos dos níveis de apoio, intermediário e superior. Para você identificar o seu caso, é necessário ter acesso à **Tabela de Correlação dos Cargos Atuais para Nova Situação**; **Tabela de Conversão – Tempo de Serviço no Cargo** e **Tabela Salarial** (divulgada na edição 631). Essas tabelas estão disponíveis na página do SINDICATO na internet <www.sintufrj.org.br>.



1º Passo: Localize o seu cargo atual na 3ª coluna da TABELA 1.

2º Passo: Veja o cargo correspondente na 5ª coluna e sua classe na 4ª coluna da TABELA 1.

3º Passo: Localize na 1ª coluna da TABELA 2 o seu tempo total de serviço público (não é o que consta no contracheque).

4º Passo: Veja a classe correspondente na 2ª coluna da TABELA 2 (nível de capacitação I).

5º Passo: Identifique na TABELA 3 para março de 2005 (step 3%) a sua classe localizada no 2º passo da TABELA 1 (A, B, C, D, E).

6º Passo: Localize em ordem crescente o seu nível de capacitação. Veja exemplo na TABELA 3.

PASSO A PASSO - NÍVEL APOIO

OBS.: Suposição abaixo considerando um trabalhador servente de limpeza com 12 anos de serviço público

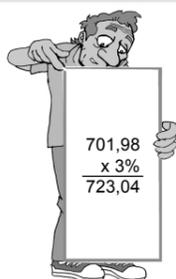


Tabela 1: Tabela de Correlação dos Cargos Atuais para Nova Situação

Tabela 2: Tabela de Conversão – Tempo de Serviço no Cargo

Tabela 3: Tabela Salarial

Tabela 1

1ª Coluna	2ª Coluna	3ª Coluna	4ª Coluna	5ª Coluna
NÍVEL	SUBGRUPO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO DO CARGO
NA	1	Operador de Máquinas de Lavanderia	A	Operador de Máquinas de Lavanderia
NA	1	Servente de Limpeza	A	Servente de Limpeza
NA	1	Servente de Obras	A	Servente de Obras

Tabela 2

1ª Coluna	2ª Coluna
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL EM ANOS NO CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO DE CADA CLASSE E NÍVEL DE CAPACITAÇÃO
11	6
12	6
13	7

Tabela 3

CLASSES	A				B				C				D				E			
VALOR	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
R\$ 790,08	5	4	3	2																
R\$ 813,79	6	5	4	3	1															
R\$ 838,20	7	6	5	4	2	1														

Observação: todos os servidores, inicialmente, serão enquadrados no nível 1

Tabela 1: Tabela de Correlação dos Cargos Atuais para Nova Situação

Tabela 2: Tabela de Conversão – Tempo de Serviço no Cargo

Tabela 3: Tabela Salarial

Tabela 1

1ª Coluna	2ª Coluna	3ª Coluna	4ª Coluna	5ª Coluna
NÍVEL	SUBGRUPO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO DO CARGO
NI	4	Programador de Computador	D	Técnico de Tecnologia da Informação
NI	4	Assistente em Administração	D	Assistente em Administração
NI	4	Cinegrafista	D	Operador de Câmara de Cinema e TV

Tabela 2

1ª Coluna	2ª Coluna
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL EM ANOS NO CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO DE CADA CLASSE E NÍVEL DE CAPACITAÇÃO
7	4
8	4
9	5

Tabela 3

CLASSES	A				B				C				D				E				
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	
R\$ 1.160,27			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1						
R\$ 1.195,07			16		14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1					
R\$ 1.230,93					15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2					

OBS.: Suposição abaixo considerando um trabalhador Assistente em Administração com 8 anos de serviço público

1º Passo: Localize o seu cargo atual na 3ª coluna da TABELA 1.

2º Passo: Veja o cargo correspondente na 5ª coluna e sua classe na 4ª coluna da TABELA 1.

3º Passo: Localize na 1ª coluna da TABELA 2 o seu tempo total de serviço público (não é o que consta no contracheque).

4º Passo: Veja a classe correspondente na 2ª coluna da TABELA 2 (nível de capacitação I).

5º Passo: Identifique na TABELA 3 para março de 2005 (*step* 3%) a sua classe localizada no 2º passo da TABELA 1 (A, B, C, D, E).

6º Passo: Localize em ordem crescente o seu nível de capacitação. Veja exemplo na TABELA 3.

Tabela 1: Tabela de Correlação dos Cargos Atuais para Nova Situação

Tabela 2: Tabela de Conversão – Tempo de Serviço no Cargo

Tabela 3: Tabela Salarial

Tabela 1

1ª Coluna	2ª Coluna	3ª Coluna	4ª Coluna	5ª Coluna
NÍVEL	SUBGRUPO	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO DO CARGO
NS	2	Administrador	E	Administrador
NS	2	Analista de Sistemas	E	Analista de Tecnologia da Informação
NS	2	Antropólogo	E	Antropólogo

Tabela 2

1ª Coluna	2ª Coluna
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL EM ANOS NO CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO DE CADA CLASSE E NÍVEL DE CAPACITAÇÃO
26	14
27	14
28	15

Tabela 3

CLASSES	A				B				C				D				E				
	I	II	III	IV	I	II	III	IV													
R\$ 1.807,66														16	15	13	12	11	10		
R\$ 1.861,89														16	14	13	12	11			
R\$ 1.917,74																15	14	13	12		

OBS.: Suposição abaixo considerando um trabalhador Analista de Sistemas com 27 anos de serviço público

1º Passo: Localize o seu cargo atual na 3ª coluna da TABELA 1.

2º Passo: Veja o cargo correspondente na 5ª coluna e sua classe na 4ª coluna da TABELA 1.

3º Passo: Localize na 1ª coluna da TABELA 2 o seu tempo total de serviço público (não é o que consta no contracheque).

4º Passo: Veja a classe correspondente na 2ª coluna da TABELA 2 (nível de capacitação I).

5º Passo: Identifique na TABELA 3 para março de 2005 (*step* 3%) a sua classe localizada no 2º passo da TABELA 1 (A, B, C, D, E).

6º Passo: Localize em ordem crescente o seu nível de capacitação. Veja exemplo na TABELA 3.

Comércio preocupa Reitoria

Reitor aciona Procuradoria, Conselho e Pró-Reitoria para padronizar contratos com comerciantes

Fotos: Niko Júnior

A relação entre os donos de *trailers*, quiosques, bancos, restaurantes e demais estabelecimentos que ocupam áreas no Fundão e na UFRJ preocupa a Reitoria. O próprio reitor, Aloísio Teixeira, admite o problema: “Temos uma situação de irregularidade da maioria desses permissionários.” A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PR-3), a Procuradoria e a Comissão de Desenvolvimento do Conselho Universitário estão fazendo levantamento para buscar a padronização dos contratos com os permissionários.

Há contratos vencidos, outros vigentes, porém em condições inadequadas, e de acordo com o chefe de gabinete, João Eduardo Fonseca, toda a administração central está se mobilizando para regularizar a situação, tanto dos grandes quanto dos pequenos inquilinos. O levantamento será levado ao Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) para formulação de uma política para toda a universidade. “Vamos buscar uma forma de regularizar essa situação e estabelecer contrato padrão e caminho para a licitação”, anuncia o reitor.

No CCS

O decano do CCS, João Ferreira, apresentou ofícios trocados com a Procuradoria da UFRJ para informar a situação do comércio no seu centro. Segundo os ofícios, havia uma série de permissionários sob “jurisdição” da decania em inadimplência. Ao tomar posse em 2002, João Ferreira encontrou ações judiciais referentes à situação que poderiam levar à impugnação de novas licitações. Por isso optou por estabelecer permissões de uso de curto prazo, que podem vir a ser rescindidas a qualquer momento ou renovadas “com a



PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO. Quiosques se multiplicam



COMÉRCIO VISTOSO. O que UFRJ ganha com isso?

finalidade de, no aguardo das decisões judiciais em curso, interromper os abusos que vinham ocorrendo com frequência por parte de pessoas desconhecidas da comunidade, as quais tomavam posse e faziam uso ilegal dos quiosques, colocando em risco as atividades do centro”.

No CT

O decano do CT, Cláudio Baraúna, instalou um marcador para medir o consumo de energia em cada um dos estabelecimentos comerciais, inclusive nos bancos do seu centro. Como a luz é da UFRJ, o decano quer saber quanto a Universidade paga para o funcionamento dos equipamentos de quiosques, restaurantes e bancos. Esse dado vai complementar o estudo que vai apontar os problemas referentes aos permissionários, inclusive os relati-

vos aos contratos. O levantamento está sendo feito por ele para a Comissão de Desenvolvimento do Conselho Universitário, que está estudando o assunto oficialmen-

te. Ele está tentando recuperar os contratos, a começar pelos do CT, para fundamentar uma padronização da relação com os permissionários. De posse do estudo, o

corpo jurídico da UFRJ dará parecer e encaminhará as ações necessárias. Baraúna adianta que a esmagadora maioria está mesmo com contrato vencido.

'Trailer' com grife

Nas últimas semanas, a paisagem do comércio de alimentos no Fundão vem mudando. Os antigos *trailers* estão sendo substituídos por redes mais organizadas e que desenham um patamar de organização empresarial mais sofisticado. E no Fundão, diante da enorme carência de boas opções quanto à oferta de refeições na UFRJ a custos razoáveis, qualquer novidade é bem aceita. Quiosques com nomes conhecidos como o Italian Tutti, “Mate Mania” passam a ocupar espaços na Cidade Universitária em substituição aos *trailers* antigos. Alguns estabelecimentos antigos receberam sócios para incrementar o negócio. No CCMN, o *trailer* Vermelhinho ganhou toalhas quadriculadas e pratos italianos. No CT, um dos Italian divide o bloco H com o Pastel e

Caldo de Cana. No bloco A, sócios chineses oferecem caldo de cana no antigo *trailer* da Dulcinha. No CCS, além do Italian em frente ao HU, há o Rio 40 graus e o Mate Mania no bloco L.

O empresário José Mário, dono dos quiosques Italian Tutti e sócio de alguns outros, diz que seu investimento deu certo porque oferece comida boa a preço mais baixo que em restaurantes similares. No Italian do CCS, a massa e o refresco custam R\$ 6,50. Ele paga R\$ 1.600 pelo aluguel dos *trailers* maiores no CCS e R\$ 800 pelos menores e explica que tem seu contrato é com a decania do CCS.

Resta saber o que a universidade, que oferece o mercado para do negócio, ganha com o comércio.

O que muda para os aposentados da UFRJ com a aprovação do confisco pelo STF

Foto: ABR

Na quarta-feira, dia 18, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela constitucionalidade do confisco dos servidores públicos aposentados, mas elevou o teto de isenção para R\$ 2.508,72. Como os aposentados e pensionistas da UFRJ foram beneficiados com uma liminar da Justiça antes mesmo do início da cobrança da taxa, em maio, devido ao mandado de segurança impetrado em abril pela assessoria jurídica do SINTUFRJ, agora resta à categoria saber o seguinte:

Se os aposentados e pensionistas da UFRJ que ganham acima de R\$ 2.508,72, que é o novo teto da isenção, terão de pagar, através de descontos retroativos nos seus salários, o que deixaram de contribuir desde maio, quando o imposto começou a vigorar.

Fala o advogado

O assessor jurídico do Sindicato, André Viz, que cuidou da ação que livrou os aposentados da taxa até agora, não sabe quantos beneficiados serão atingidos pela decisão do Supremo, a partir da ampliação da faixa de isenção. Em relação a um eventual desconto retroativo, André informou que essa é uma questão com a qual ele vai se deparar nas próximas semanas. Mas como a decisão tem efeito vinculante, quem recebe acima do piso de isenção, deverá ser descontado. André admite que se trata de uma questão polêmica. O governo vai devolver o dinheiro aos aposentados e pensionistas que foram descontados desde maio e que ganham

menos do que R\$ 2.508,72.

Expectativa

O advogado explicou que a expectativa no momento se volta para a publicação da decisão do Supremo Tribunal sobre a taxa, que para vigorar vai depender da publicação do acórdão no *Diário Oficial*, o que deve ocorrer dentro dos próximos dias. "Um acórdão pode levar até 30 dias para ser publicado, mas como trata-se de uma matéria de interesse do governo, esse prazo pode ser reduzido". Ele disse também que os tribunais de instâncias superiores, com sentenças que livravam os aposentados da taxa, também devem ser oficiados (informado oficialmente) da decisão do STF.

Histórico do nosso caso

A assessoria do Sindicato entrou com mandado de segurança em abril contra a taxa dos aposentados e pensionistas da UFRJ aprovada pela reforma da Previdência Social. Antes do início da cobrança da contri-



COM O REI NA BARRIGA. "Sábios" ministros do STF votaram contra os aposentados

buição em maio, a Justiça concedeu liminar ao mandado. Em 12 de julho, o juiz da 27ª Vara Federal, Washington Juarez de Brito Filho, considerou procedente o mandado de segurança e proferiu sentença determinando a isenção da taxa. Agora, com a decisão do STF, instância máxima, a senten-

ça será reformada.

Governo pressionou

O pronunciamento do Supremo foi provocado por uma ação de inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público. A ação defendia a tese segundo a qual a taxa era inconstitucional (portanto, ilegal) porque fe-

riria direitos adquiridos. O julgamento do STF começou em maio, com o governo perdendo de 2 a 1 na votação. Diante disso o Palácio do Planalto pressionou e a continuidade do julgamento foi transferida para maio. O governo ganhou tempo, pressionou os ministros e ganhou a parada.

A decepção com o governo e a justiça

Murillo de Carvalho dedicou sua vida profissional à UFRJ, e só parou de trabalhar na Divisão de Recursos Humanos do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho em 1995, quando se aposentou. Murilo considerou como "uma grande decepção para a categoria" o Supremo Tribunal Federal aprovar o que queria o governo federal, que é a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores inativos. A decepção dos técnicos-administrativos, segundo Murillo, não muda com a elevação do

teto de isenção para R\$ 2.508,00.

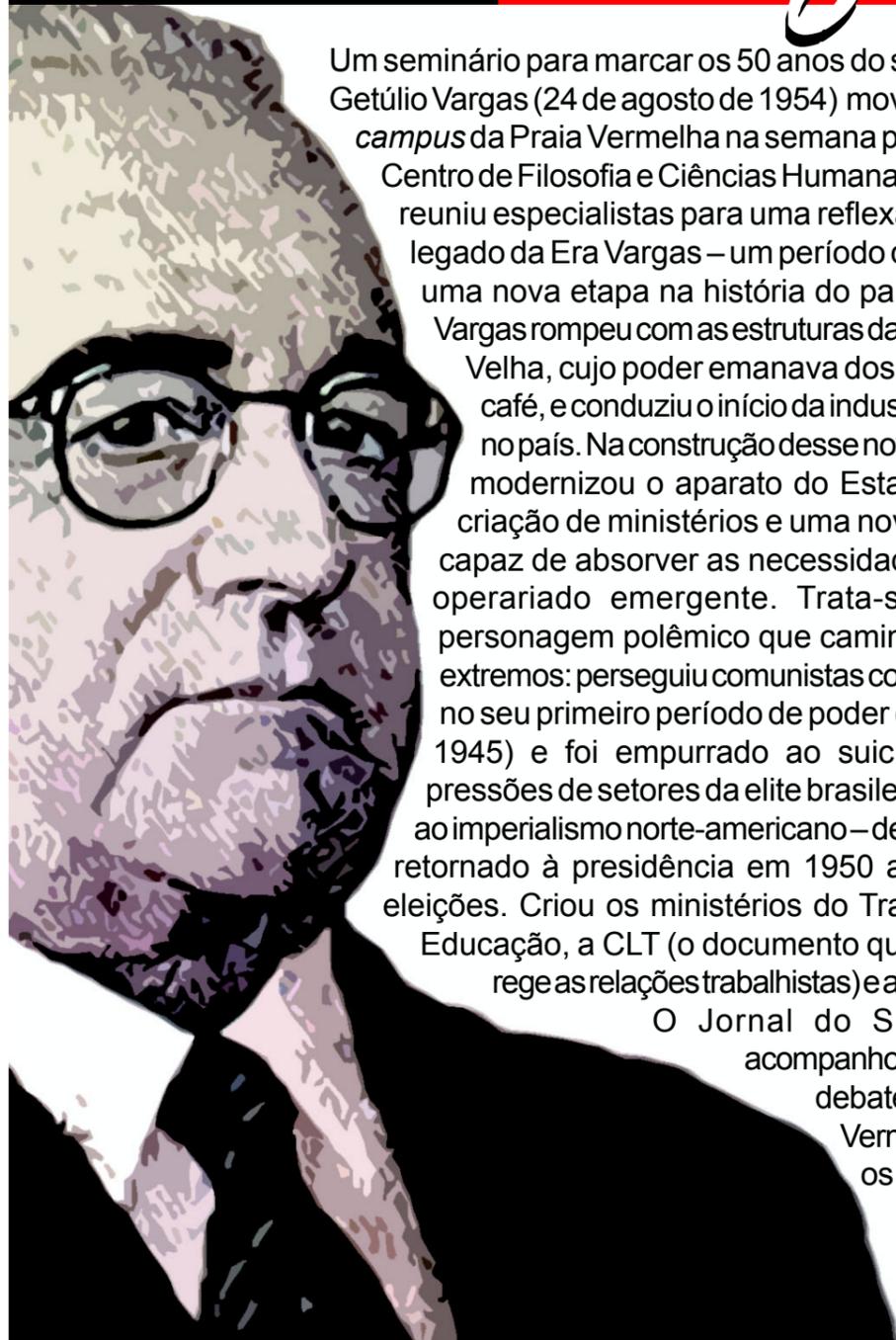
O aposentado define a política do atual governo como casuística e desprovida de planejamento para o desenvolvimento do país e a melhora das condições de vida da classe trabalhadora. "Acho que esse governo se esqueceu das idéias que defendia e também os deputados. Pois os mesmos que obstruíam no Congresso Nacional as votações para cobrança de contribuição dos aposentados, no governo de FHC, aprovaram agora esse absurdo."

Para o aposentado, a taxa é inconstitucional e injustificável. "Eles passaram por cima da lei e da Constituição, punindo aqueles que contribuíram uma vida inteira para construir um fundo de aposentadoria. E, ainda por cima, usarão esse dinheiro para cobrir o rombo atual da Previdência Social, causado pelo próprio governo, que deixou de recolher a sua parte e pelos sucessivos desvios praticados pelos poderosos desse país. Essa é a coisa mais escandalosa que eu já vi."

A ERA

Vargas

UFRJ realiza seminário para marcar o cinquentenário da morte de Getúlio Vargas



Um seminário para marcar os 50 anos do suicídio de Getúlio Vargas (24 de agosto de 1954) movimentou o *campus* da Praia Vermelha na semana passada. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ reuniu especialistas para uma reflexão sobre o legado da Era Vargas – um período que iniciou uma nova etapa na história do país. Getúlio Vargas rompeu com as estruturas da República Velha, cujo poder emanava dos barões do café, e conduziu o início da industrialização no país. Na construção desse novo cenário, modernizou o aparato do Estado com a criação de ministérios e uma nova agenda capaz de absorver as necessidades de um operariado emergente. Trata-se de um personagem polêmico que caminhou entre extremos: perseguiu comunistas como ditador no seu primeiro período de poder (de 1930 a 1945) e foi empurrado ao suicídio pelas pressões de setores da elite brasileira ligadas ao imperialismo norte-americano – depois de ter retornado à presidência em 1950 através de eleições. Criou os ministérios do Trabalho, da Educação, a CLT (o documento que até hoje rege as relações trabalhistas) e a Petrobrás.

O Jornal do SINTUFRJ acompanhou parte dos debates na Praia Vermelha. Veja os relatos.

Vargas e a Educação

Até o fim da década de 1920, só as elites tinham acesso à educação. O analfabetismo beirava os 68% da população em idade de freqüentar a escola. Não existia, até então, o Ministério da Educação, uma área, assim como a saúde, abandonada pelo Império e pela República Velha (como ficou conhecido o período que antecedeu Vargas). “Somente na chamada Era Vargas, que teve início em 1930, a educação nacional ocupou lugar de destaque, sendo entendida como instrumento de formação do povo brasileiro e do próprio sentimento de nacionalidade” – afirmou a professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da UFRJ, Libânia Xavier. “A existência de um sistema nacional de ensino, hoje, constitui o legado fundamental de Vargas para a Educação brasileira.”

A professora do Departamento de Sociologia da Uerj, Helena Bomeny, que também integra o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), complementa informando que foi Getúlio Vargas quem institucionalizou a verba para a Educação e criou a saúde pública. “O enfrentamento dessa distorção histórica, o analfabetismo, só seria possível com investimento regular e maciço em Educação”. Assim, nasceu o Fundo Nacional do Ensino Primário e vigorou, também por decreto, o adicional de 5% nas taxas do imposto sobre consumo que incidem sobre as bebidas até hoje.

Um problema nacional

Desde o início da Era Vargas, a concepção de Educação como problema nacional serviria, segundo Libânia Xavier, para justificar uma intervenção cada vez mais intensa do governo federal nos diferentes níveis de ensino. A centralização do aparelho educativo transformou a educação escolar em instrumento de disseminação do nacionalismo. Para isso, o Estado contava com o Departamento de Propaganda, que atuava pedagogicamente da música, educação física, cinema e rádio. “O canto orfeônico desempenhou um forte papel na educação pública. O maestro Villa-Lobos regia centenas de pessoas, em ginásios, estádios de futebol e praças públicas, incorporando cantos tradicionais da área rural à música erudita.”

Do secundário ao superior

Levantamentos deixados pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, da Era Vargas, que foram apresentados por Helena Bomeny, revelaram como o ensino secundário era restrito a uns poucos privilegiados. Em 1930, existiam menos de 100 estabelecimentos em todo o país, com matrículas inferiores a 50 mil alunos. Os professores não eram registrados nem preparados para a função, e os exames eram feitos por bancas organizadas pelo governo federal. A primeira reforma nesse segmento ocorreu um ano depois. Já em 1945, eram 826 escolas secundárias e 210 mil alunos.

Mas o ápice do processo de reformas educativas de Vargas se deu com a remodelação do ensino superior. “Sem um plano de conjunto que contemple ensino, pesquisa, conhecimento, cultura, integração, em ambiente propício e materialmente aparelhado, com profissionais preparados e com competências estabelecidas não era possível falar de universidade”, assim definiu o seu projeto o ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 1934. Em 1937 foi criada a nova Universidade do Brasil.



PRAIA VERMELHA. Reflexão sobre uma era que mudou o país

Pelego nasceu com Getúlio



A legislação trabalhista, a carteira de trabalho e o salário mínimo viraram ícones da Era Vargas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobreviveu a 20 anos de ditadura militar e à elaboração de uma nova Constituição (a de 1988, em vigência). Esta legislação, que organizava as relações de trabalho, trazia no seu bojo mecanismos autoritários, que dava todo poder ao Estado sobre os sindicatos, que não tinham autonomia. Quando um sindicato incomodava, o governo intervinha e indicava alguém de confiança - o governo inventou a figura do pelego. Foi nesse caldeirão que as professoras Elina Pessanha, Eli Diniz e a historiadora Maria Helena Capelato meteram a colher, em um dos debates que discutiu sindicalismo, trabalhismo e populismo no governo Vargas. Esta última categoria traduz o método a que recorria Getúlio para garantir apoio das massas e da mobilização popular.

GOVERNO DURO - A professora Eli Diniz faz julgamento duro da postura de Vargas nesta questão. "As formas de representações autônomas dos trabalhadores pré-1930 foram sufocadas mediante censura e perseguição", disse. A lei de sindicalização criada no governo Vargas, por exemplo, obrigava todos os sindicatos a se filiarem ao Ministério do Trabalho. Essa obrigação subordinou os sindicatos ao governo e representou o fim da autonomia sindical.

Durante o Estado Novo, período ditatorial do governo Vargas, vários sindicatos tiveram seus registros cancelados e outros tiveram suas diretorias dissolvidas. Em seu lugar foram colocadas pes-



EM BUSCA DA HISTÓRIA. Centenas de estudantes, funcionários e professores se mobilizaram para descobrir a importância de Getúlio Vargas para a modernização da sociedade

soas de confiança do governo, os chamados pelegos. Foi criado, também, o sindicato único por categoria e proibidos greves e protestos.

"Houve muita repressão e sindicatos foram fechados. Muitos sindicatos não se adaptaram e ficaram fora do sistema para manter seus ideais. Outros, com o tempo, se adaptaram, mas não se tornaram passivos", registrou Elina Pessanha.

EMPRESÁRIOS LEVAM A MELHOR - A professora Eli Diniz disse que o governo tratava de forma diferenciada associações de empresários e de trabalhadores. "Os interesses dos empresários eram favorecidos, pois a eles eram concedidas maior liberdade e autonomia que aos trabalhadores. Enquanto os empresários conseguiam manter suas associações ao lado das estruturas corporativas do Estado, os trabalhadores

foram incorporados à estrutura do Estado e sofreram um controle muito maior", disse Eli Diniz.

ADORADO PELOS TRABALHADORES - Mesmo com todo autoritarismo e repressão que marcaram seu governo, Getúlio Vargas foi adorado por muitos brasileiros. Impulsionado pelos aparelhos de propaganda do Estado, que difundiam uma imagem favorável do governo, Getúlio incorporou a figura do "pai dos pobres". Segundo as debatedoras, a adoração a Getúlio Vargas está ligada ao caráter populista de seu governo.

"O governo Vargas foi considerado populista, que é representado por um Estado forte com um líder em contato com as massas. É no período do Estado Novo em que é maior a caracterização do populismo", afirmou a historiadora Maria Helena Capelato.

Lula x Vargas

Getúlio Vargas implantaria a reforma universitária proposta pelo governo Lula, que desincumbe o Estado do seu papel de financiador do ensino superior no país?

O professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, Carlos Roberto Jamil Cury, que leciona no curso de mestrado da PUC-Rio e há oito anos é membro do Conselho Nacional de Educação, responde:

"A Era Vargas recebeu como herança do Brasil do Império e da Velha República uma concepção de universidade que só faz sentido como pública. Não era impedida a existência de faculdades privadas, embora fosse muito difícil obter a autorização. Naquela época a questão era a institucionalização jurídica da universidade, mas, hoje, a discussão já não é mais essa, é sobre recursos. Os oito anos de FHC no poder propiciaram uma brutal expansão do sistema privado, e isto é uma consequência de o governo atual pensar em reforma universitária."

"Chávez iniciou o combate ao analfabetismo, promoveu a reforma agrária, investiu na saúde da população e possibilitou a venda direta do pequeno produtor aos consumidores"

Venezuela antiimperialista

Desde que foi eleito pela população da Venezuela, em 1998, Hugo Chávez teve de enfrentar três tentativas de golpe para tirá-lo do poder. A oposição às suas reformas de base conta com o apoio explícito dos americanos. Em 2002, a embaixada dos Estados Unidos organizou um golpe militar e afastou Chávez do Palácio Miraflores por 48 horas. Até que a população entrasse em cena vencendo os golpistas. No ano seguinte, uma greve patronal-petroleira tentou desestabilizar economicamente o país e derrubar o presidente. Mas os trabalhadores conseguiram vencer os golpistas da estatal PDVS. Por último, foi organizado de forma fraudulenta um plebiscito para colocar em xeque o governo, reduzindo o seu mandato.

O jornalista Mário Augusto Jakobskind, recém-chegado da Venezuela, onde atuou como representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) junto com outras personalidades internacionais como observador do referendo popular, falou ao Jornal do SINTUFRJ sobre suas impressões políticas a respeito do que aconteceu naquele país. Jakobskind foi convidado pelo Conselho Nacional Eleitoral e permaneceu seis dias na Venezuela. O plebiscito aconteceu no dia 15 de agosto e 8 milhões de eleitores foram às urnas. Hugo Chávez foi confir-

mado no governo por 60% dos eleitores. Apesar de o voto não ser obrigatório naquele país, apenas 27% dos votantes não compareceram às urnas. Sem dúvida uma vitória incontestável.

DEMOCRACIA - Para Mário Augusto, a Venezuela é hoje um exemplo para toda a América Latina. "Tive a oportunidade de assistir ao processo mais democrático que já havia visto em toda a minha vida. Uma democracia participativa, com o povo

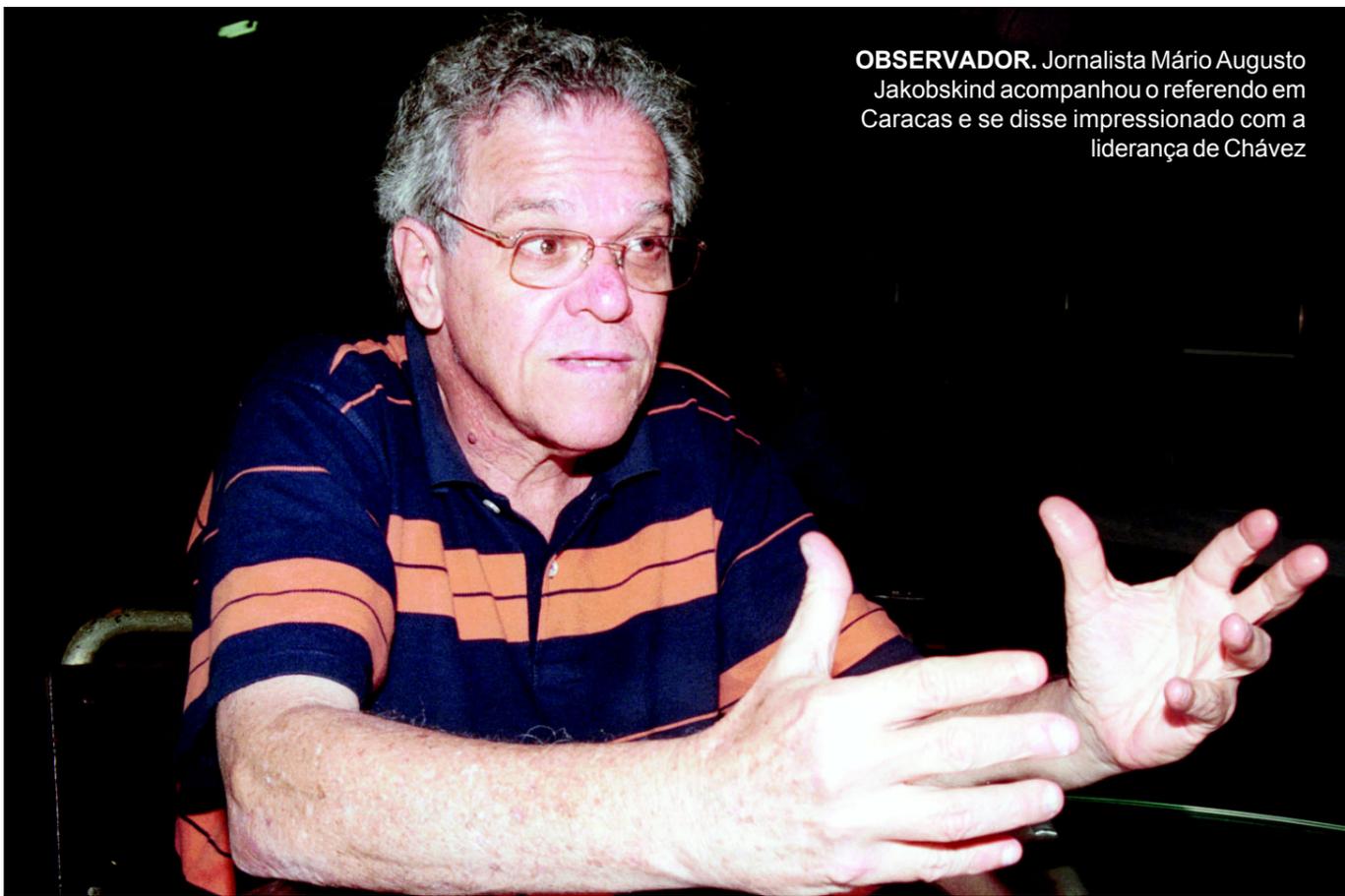
exercendo seu direito nas urnas de forma ordeira e pacífica. Algo único na América Latina", disse. Segundo o jornalista, ninguém esperava o comparecimento tão grande de eleitores; e as falhas apontadas na organização do pleito foram por conta disso.

Com esta vitória, Mário Augusto acredita que o presidente Hugo Chávez terá total legitimidade e apoio popular para realizar suas reformas. "A revolução de Chávez nada mais é do que um pro-

jeto antiimperialista. Lá eles dizem que é Chávez contra Busch", disse. A expectativa, segundo o jornalista, é que agora os venezuelanos começarão a escrever uma nova etapa da sua história. "Há 40 anos o poder naquele país esteve nas mãos das oligarquias e o povo sendo massacrado. Uma prova disso é que 80% da população é de pobres", enumerou.

CAPITALISMO MAIS HUMANO - Mário Augusto analisou o projeto de reformas de

Hugo Chávez e concluiu que seu projeto não é socialista: "É um projeto de capitalismo mais humano, se é que isso é possível. Com ele o governo já iniciou o combate ao analfabetismo, promoveu a reforma agrária, investiu na saúde da população e possibilitou a venda direta do pequeno produtor aos consumidores." Ele acredita que Chávez agora irá radicalizar na implantação do seu projeto.



OBSERVADOR. Jornalista Mário Augusto Jakobskind acompanhou o referendo em Caracas e se disse impressionado com a liderança de Chávez

Polícia bate em manifestantes

O ato contra a reforma universitária, puxado pelo Fórum Fluminense de Lutas, Conlute, DCE-UFRJ e centros acadêmicos de outras universidades públicas do Rio de Janeiro, no dia 25 de agosto, terminou num violento choque entre a polícia e os manifestantes no coração do Cidade. A concentração para o ato foi no Largo de São Francisco, em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. De lá, cerca de 400 pessoas, entre estudantes e servidores, partiram em direção à sede do Ministério da Educação pela Avenida Rio Branco e interditaram o trânsito por alguns minutos. O Conselho Universitário da UFRJ divulgou nota condenando as agressões sofridas pelos manifestantes.

Já havia uma grande quantidade de policiais militares esperando na

entrada do MEC quando o movimento chegou ao pátio do prédio. "Não estava claro sobre o que iríamos fazer, se exigiríamos uma audiência com o Willian Campos ou se faríamos apenas o ato no pátio." Segundo Juliana, a polícia já havia se excedido na atuação, lançando jatos de spray de pimenta antes da chegada do secretário. "Quando alguns estudantes cercaram o secretário e forçaram a entrada no MEC à polícia veio para cima da gente com muita violência, batendo demais com cassete, mas antes disso já tinha usado a pimenta para reprimir a manifestação."

Vários companheiros do SINTUFRJ, como Agnaldo, Paulinho, Zé Carlos e Simone, participaram da manifestação.